

Agosto, delegeo no director-geral de Veterinária, licenciado Carlos Manuel de Agrela Pinheiro, a competência para a prática dos seguintes actos:

- a) Autorizar a realização e o pagamento de trabalho extraordinário, nos termos previstos na alínea d) do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, para além dos limites fixados nos n.ºs 1 e 2 da mesma disposição legal, com as alterações introduzidas pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto;
- b) Autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 500 000, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
- c) Autorizar despesas relativas à execução de planos plurianuais legalmente aprovados até ao limite de € 1 250 000, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

2 — Autorizo, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, o dirigente acima mencionado a subdelegar, no todo ou em parte, dentro dos condicionalismos legais, as competências que lhe são conferidas por este despacho.

3 — Pelo presente despacho, ratifico, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos praticados pelo director-geral de Veterinária no âmbito dos poderes ora delegados.

16 de Outubro de 2007. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Despacho n.º 24 628/2007

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, delegeo no presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, I. P., licenciado Jorge Nicolau da Costa Monteiro, a competência para a prática dos seguintes actos:

- a) Autorizar o regresso dos funcionários à actividade, nos termos dos artigos 76.º, 78.º e 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e com a última alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto;
- b) Autorizar a acumulação de funções públicas e privadas, a que se referem os artigos 31.º e 32.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com última redacção dada pela Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro;
- c) Autorizar a realização e o pagamento de trabalho extraordinário, nos termos previstos na alínea d) do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, para além dos limites fixados nos n.ºs 1 e 2 da mesma disposição legal, com as alterações introduzidas pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto;
- d) Autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 500 000 nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

2 — Autorizo, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, o dirigente acima mencionado a subdelegar, no todo ou em parte, dentro dos condicionalismos legais, as competências que lhe são conferidas por este despacho.

3 — Pelo presente despacho, ratifico, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos praticados pelo presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, I. P., no âmbito dos poderes ora delegados.

16 de Outubro de 2007. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Despacho n.º 24 629/2007

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, delegeo na secretária-geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, licenciada Luísa Maria Neves Monteiro Danguês Tomás, a competência para a prática dos seguintes actos:

- a) Assinar os despachos conjuntos para aprovação de programas de provas gerais e específicas, previstos no n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- b) Autorizar a realização e o pagamento de trabalho extraordinário, nos termos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, para além dos limites fixados

nos n.ºs 1 e 2 da mesma disposição legal, com as alterações introduzidas pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto;

- c) Em matéria de gestão corrente do meu Gabinete:
 - i) Autorizar a realização de despesas de funcionamento, dentro dos limites da sua própria competência;
 - ii) Autorizar o pedido de libertação de créditos (PLC);
 - iii) Autorizar, dentro do orçamento de funcionamento e do orçamento do PIDDAC, as alterações orçamentais e a antecipação de duodécimos que se revelem necessários à execução daqueles e que não careçam de intervenção do Ministro das Finanças;
 - iv) Autorizar os pedidos de autorização de pagamento.

2 — Autorizo, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, a dirigente acima mencionada a subdelegar, no todo ou em parte, dentro dos condicionalismos legais, as competências que lhe são conferidas por este despacho.

3 — Pelo presente despacho, ratifico, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos praticados pela secretária-geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

16 de Outubro de 2007. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Despacho (extracto) n.º 24 630/2007

Por despacho de 26 de Abril 2007 do director-geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, foi Maria Alexandra Aguiar Canongia Lopes Correia Diniz, funcionária do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural, nomeada, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, assessora principal, da carreira de engenheiro, do mesmo quadro de pessoal, com efeitos a 13 de Março de 2007, data a partir da qual se considera exonerada da categoria anterior. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Outubro de 2007. — O Director de Serviços, *Luís Duarte*.

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Direcção de Serviços de Administração

Despacho (extracto) n.º 24 631/2007

Nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 52/2005, de 30 de Agosto, e aceitando os fundamentos apresentados pelo júri na acta final que integra o procedimento concursal, por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 11 de Outubro de 2007, foi nomeada para o cargo de chefe de divisão de Sistemas, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Maria Amélia Ferreira Rodrigues Catarino Tavares.

A nomeada possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, correspondendo ao perfil exigido no procedimento concursal.

A presente nomeação produz efeitos à data do despacho.

15 de Outubro de 2007. — A Directora de Serviços, *Maria Fernanda Luz Guia*.

ANEXO

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — Maria Amélia Ferreira Rodrigues Catarino Tavares;
Data de nascimento — 20 de Janeiro de 1964.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Informática de Gestão, pelo Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA), concluída no ano lectivo de 1988-1989;

Frequência do 5.º ano de Gestão de Empresas, no Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA).

Situação profissional:

De 1988 a 1993 no Instituto Português de Conservas e Pescado, desempenhando as seguintes funções:

Colaboração na administração dos sistemas existentes, sistema operativo Unix, Hpx e bases de dados relacionais Oracle;

Colaboração na administração, configuração e manutenção de *hardware* e *software* de rede, na sede da DGPA e direcções regionais; Colaboração na selecção de material informático (*hardware* e *software*) a adquirir;

Acompanhamento na migração de aplicações existentes para versões mais recentes;

Participação e colaboração nos processos de compatibilização dos sistemas informáticos com o ano 2000;

Colaboração e acompanhamento no desenvolvimento do sistema integrado de informação (SI2P) e *datawarehouse* (SSDP);

Participação e colaboração na elaboração dos documentos (caderno de encargos, programa e anúncios) para abertura de concursos públicos, da DGPA, fazendo também parte do júri para a adjudicação dos serviços;

Apoio aos utilizadores da DGPA a nível de micro-informática, sistema operativo Unix e Hpx, Si2p, Dw e aplicações da RAPE; Participação em reuniões de carácter técnico;

De 1994 a 2004 na Direcção-Geral das Pescas, actualmente Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, como técnica superior de informática/especialista de informática;

De 1 de Junho de 2004 a 1 de Março de 2007 a exercer funções de chefe de divisão de Sistemas de Controlo, tendo como principais funções a supervisão e coordenação de toda a actividade desenvolvida nesta área e em particular a gestão de projectos integrados em programas comunitários de apoio ao controlo, inspecção e vigilância das pescas a executar pela DGPA, a definição e gestão da estrutura informática de suporte ao DIP, Monicap e Sificap, o controlo financeiro do desenvolvimento Monicap/Sificap-PIDDAC e a articulação com o centro de coordenação e controlo tendente à optimização da operacionalidade desta área inspectiva;

Desde 1 de Março de 2007 a exercer funções de chefe de divisão de Sistemas, em regime de substituição.

Formação profissional:

Frequência de vários cursos, de bases de dados, administração de sistemas, de redes, gestão de projectos, optimização da *performance* de computadores, de concepção e implementação de segurança informática, gestão de contratação de sistemas e tecnologias de informação;

De vários seminários, a gestão da mudança na informação, ponto de situação sobre sistemas e tecnologias de informação, organização centrada em processos — desenhar organizações para o século XXI e *e-Government*;

Frequência do seminário de avaliação de desempenho — Hay-Group, 2004;

Frequência do curso de alta direcção no Instituto Nacional de Administração, cinco dias, em 2005;

Frequência do curso de gestão documental *smartdocs* V.3 — utilização, seis horas, 2006.

Despacho (extracto) n.º 24 632/2007

Nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 52/2005, de 30 de Agosto, e aceitando os fundamentos apresentados pelo júri na acta final que integra o procedimento concursal, por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 11 de Outubro de 2007, foi nomeada para o cargo de chefe de divisão de Fiscalização, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Maria João Pedro da Silva.

A nomeada possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, correspondendo ao perfil exigido no procedimento concursal.

A presente nomeação produz efeitos à data do despacho.

15 de Outubro de 2007. — A Directora de Serviços de Administração, *Maria Fernanda Luz Guia*.

Curriculum vitae

Identificação:

Nome — Maria João Pedro da Silva;
Data de nascimento — 19 de Dezembro de 1961.

Habilitações literárias e formação complementar:

De 1981 a 1986 — licenciatura em Psicologia;

De Janeiro a Julho de 1999 — estágio de inspectores superiores na IGAE — Inspeção-Geral das Actividades Económicas;

Curso de formação de trezentas e sessenta horas, integrado no estágio de seis meses para inspectores da carreira de inspecção superior, tendo obtido as classificações de 17 valores na área jurídica, 16,2 valores na área técnico-científica I, 13,4 valores na área técnico-científica II, 16,6 valores na área de metodologias de investigação

e fiscalização, 19,5 valores na área de informática e 13,66 na área de meios e técnicas operacionais, com a nota final de 16,07 valores;

Exercício tutelado de funções (um mês em cada Direcção Regional) — Direcção Regional do Centro (Coimbra) — 17 valores; Direcção Regional do Sul (Lisboa) — 16,8 valores; Direcção Regional do Norte (Porto) — 16,4 valores; tendo obtido a classificação final de 16,7 valores;

De 2000 a 2006 — vários cursos na área de inspecção alimentar, instrução processual e de informática na óptica do utilizador.

Experiência profissional e funções:

De 1986 a 1999 — psicóloga conselheira de orientação escolar e profissional em várias escolas secundárias. No âmbito de programas comunitários foi co-responsável pelo *dossier* de candidatura ao projecto «Petra» e relativamente ao projecto «Língua» foi co-responsável da elaboração e desenvolvimento do mesmo, definição de objectivos, metodologia, calendarização, estimativa de encargos financeiros, tendo procedido aos contactos e efectuado a deslocação necessária à escola de Huddersfield, na Inglaterra, instituição parceira, coordenando e orientando o projecto;

De Janeiro a Julho de 1999 — inspectora estagiária da Inspeção-Geral das Actividades Económicas, onde desenvolveu trabalhos de fiscalização e investigação processual nas áreas alimentar e não alimentar, antecedentes dos respectivos planeamentos operacionais;

De Abril de 2000 a Maio de 2001 — técnica superior de 1.ª classe a desempenhar funções de inspecção na DGFCQA — Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar, tendo em vista a defesa da saúde pública e do consumidor, desde a produção até ao consumo;

De Junho de 2001 a Novembro de 2004:

Inspectora principal da DGFCQA (após reclassificação em Junho de 2001), tendo desenvolvido acções conjuntas de inspecção e controlo sobre vidragem do pescado DGFCQA/IGAE/DGPA, sobre o regime de rastreabilidade e condições hígio-sanitárias dos produtos da pesca e aquicultura;

Responsável pela investigação da maior parte das notificações de alerta comunitárias relativas a produtos de origem animal, as quais implicam riscos para a saúde pública e que resultam, geralmente, em processos de natureza criminal;

Emissão de pareceres e respostas a empresas e associações profissionais sobre higiene e segurança alimentar, rotulagem e outras questões relacionadas com a legislação do sector;

De Agosto de 2005 a Março de 2007:

Inspectora superior da Direcção de Serviços de Fiscalização da Pesca da DGPA — Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura;

Fiscalização do cumprimento das medidas técnicas e de conservação dos recursos da pesca, bem como das normas legais que regem os produtos da pesca e da aquicultura;

Planeamento operacional de acções de inspecção no âmbito das atribuições do Departamento de Inspeção das Pescas;

Coordenação no terreno da actuação das equipas inspectivas da DGPA, tendo em vista o cumprimento de objectivos predefinidos;

Instrução de processos de contra-ordenação por infracções à legislação das pescas;

Responsável pela investigação de denúncias e cruzamento de dados de diários de pesca, com as licenças de pesca e os mapas de faina do MONICAP;

De Abril de 2007 a Outubro de 2007 — chefe de divisão de Fiscalização, em regime de substituição.

Listagem n.º 254/2007

Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publicita-se a listagem dos subsídios concedidos pela Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura no 1.º semestre de 2007:

Beneficiários	Montante do subsídio (euros)	Data da decisão
---------------	------------------------------	-----------------

**Cap. 50 — Programa 023 — Pescas — Medida 002
Renovação e Modernização da Frota de Pesca**

Actividade 104 — SIPECSA — Sistema de Incentivos à Pesca

Manuel de Sá Dias Martins	5 442,69	30-12-2004
Fernando dos Santos Cidade	13 880,43	30-12-2004
Lúcio Penela Letra	2 540	30-12-2004
António Carlos Oliveira Felício	5 040	30-12-2004